

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: O QUE DIZ A LITERATURA

Jonathan Marcos Silva Pereira¹
Ettore Fonseca Scalon²
Fernanda Telles Márques³

RESUMO:

Trata-se de um artigo sobre violência nas relações escolares, elaborado a partir de uma pesquisa cujo objetivo mais amplo é identificar e analisar, na produção acadêmica brasileira recente, a presença de iniciativas para o combate e a redução de danos causados pela violência escolar. A investigação consiste em uma pesquisa bibliográfica, realizada em abordagem qualitativa, a partir de um conjunto de leituras orientadas e de buscas nas bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Como resultados, o levantamento do estado do conhecimento sugere que, não obstante a diversidade de propostas e iniciativas que são implementadas cotidianamente em diversas escolas, na produção acadêmica ainda predominam sugestões mais tradicionais como a realização de palestras e o investimento em atividades físicas. Indicam, ainda, que muito se fala e denuncia a violência escolar, mas pouco se propõe para sua resolução.

PALAVRAS-CHAVE: Violência escolar. Estratégias de enfrentamento. Redução de danos.

COPING WITH SCHOOL VIOLENCE: WHAT THE LITERATURE SAYS

ABSTRACT:

The objective of this article is to identify and analyze, in recent Brazilian academic production, the presence of initiatives to combat and reduce the damages caused by school violence. This is a bibliographical research, carried out from readings and surveys in the databases SciELO Brazil and Portal of Periodicals of CAPES. The study of the state of knowledge suggests that despite the diversity of proposals and initiatives implemented daily in different schools, academic production still predominates more traditional solutions, such as lectures and investment in physical activities. It is concluded that, in the academic production, much is still spoken and denounces school violence, but little is proposed for its resolution.

¹ Publicitário formado pela UNIUBE, foi membro do Grupo de Estudos da Violência Escolar (GEVE/Uniube) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: jonathan_msppublicitario@hotmail.com

² Psicólogo formado pela UNIUBE, foi membro do Grupo de Estudos da Violência Escolar (GEVE/Uniube) e bolsista do programa federal Observatório da Educação (OBEDUC/Capes). E-mail: ettore_scalon@gmail.com

³ Doutora em Sociologia pela UNESP-Araraquara, com pós-doutorado em Estudos Culturais pelo PACC/UFRJ. É professora/pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba e coordenadora do Grupo de Estudos da Violência Escolar (GEVE/Uniube). E-mail: fernanda.marques@uniube.br

KEY WORDS: Violence in school. Combating school violence. Reduction of damages.

Introdução

Não faz muito tempo que a temática da violência escolar era abordada como resultado das dificuldades de relacionamento de determinados alunos. A fragilidade desta abordagem, geralmente limitada à discussões sobre a personalidade de alunos envolvidos em disputas escolares agressivas, estava, principalmente, em não atentar ao contexto de produção dos conflitos manifestados na escola. E isso equivale a dizer que a escola poucas vezes era de fato reconhecida como parte de uma sociedade e que com ela guarda relações íntimas.

No Brasil, em meados da década de 1980, o processo de redemocratização, que naquele momento se iniciava, alimentou o desejo de lutar por uma escola mais aberta à sociedade como um todo. Dentre os resultados, puderam ser propostos e defendidos mecanismos de proteção às relações estabelecidas *na* e a partir *da* escola, o que alterou a forma como até então eram tratados os temas identificados como “incivilidades”, indisciplina e violência. Temas estes, que deixaram de ser analisados restritamente pela perspectiva da Segurança Pública⁴, para serem abordados, finalmente, como questões educacionais (MÁRQUES, 2014).

Inserido em uma pesquisa mais ampla, realizada com o fomento do CNPq e do programa federal Observatório da Educação (OBEDUC/Capes), o presente trabalho apresenta resultados de um levantamento bibliográfico sobre a violência ocorrida nas relações escolares, dando-se ênfase a possíveis propostas de enfrentamento e de combate desta delicada questão social. Nosso objetivo mais amplo foi identificar e analisar, na produção acadêmica brasileira recente (2011-2015), a menção a iniciativas para o combate e/ou a redução de danos causados pela violência escolar.

O texto encontra-se organizado em três partes. Na primeira, correspondente à fundamentação teórica, discutimos e contextualizamos os usos da categoria violência aplicada a agressividades e conflitividades manifestadas nas relações escolares. Na segunda parte, apresentamos a metodologia e descrevemos os procedimentos realizados. Na parte final, analisamos os resultados encontrados a partir do mapeamento do estado do conhecimento.

⁴ Como manifestações de desordem ou de ameaça à ordem vigente.

1 Fundamentação teórica

Muitos autores têm discutido ultimamente a temática da violência escolar. Um dos principais nomes no debate é o do sociólogo francês Bernard Charlot (2002), que classifica a violência escolar em: *violência na escola*, *violência contra a escola* e *violência da escola*. A primeira, seria a violência que “[...] se produz no e a partir do espaço escolar, mas não está ligada às atividades da instituição escolar”; a segunda, a violência “que se manifesta em forma de agressões ao patrimônio e às autoridades da escola”; e, a terceira, a violência “que consiste em violência institucional, simbólica, manifestada por meio do modo como a escola se organiza, funciona e trata alunos e colaboradores” (MÁRQUES e ASSUNÇÃO, 2014, p. 47).

O que há em comum entre essas três modalidades ou formas de violência relacionadas à escola é que todas podem ser interpretadas como *sintomas* de algo que acontece nas relações escolares, mas que não se limita a estas relações. Ou seja, quando, dentro da escola, acontecem situações sistemáticas de abuso de poder ou assédio moral, depredações e agressões físicas ou verbais entre alunos, é importante reconhecer que a sociedade como um todo precisa ser repensada. A escola não está isolada da sociedade.

Considerando a história dessa instituição, acreditamos que as primeiras manifestações de violência no ambiente escolar tenham sido aquelas que hoje são chamadas de *violência institucional*, que, de forma ampla, “compreende práticas de marginalização, discriminação e assujeitamento adotadas por instituições que instrumentalizam estratégias de poder” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.8).

Para compreender melhor o conceito, recorreremos à perspectiva foucaultiana, que ajuda a entender como a disciplina se torna uma estratégia central para a definição das relações de poder envolvendo pessoas em posição hierárquica assimétrica, como: gestores e professores, professores e alunos, adultos e crianças, etc. Para tanto, ensina Foucault (2002), além do *olhar hierárquico*, que automatiza o poder da escola ao mesmo tempo em que individualiza os sujeitos sobre quem este poder é exercido, outros dois dispositivos disciplinares tornam-se fundamentais ao funcionamento institucional: o *exame*, que relaciona poder e produção, levando os sujeitos à progressiva interiorização de um controle invisível e generalizado, e a *sanção normalizadora*, que cumpre sua função de “pequeno mecanismo penal” dentro de cada instituição escolar (MÁRQUES e SOUZA, 2015).

O reconhecimento da dimensão política das relações escolares ajuda a perceber que análises binárias não contribuem para o enfrentamento do problema. Por se tratar de um fenômeno que se dá no campo das *relações*, deve-se ter claro que enfrentamentos e resistências são elementos potencialmente presentes, inclusive naquelas relações mais visivelmente desiguais, como é o caso das que envolvem adultos e não-adultos. Por isso, pode-se afirmar que “não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável” (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Exemplo disso é a chamada *violência contra a escola*, que consiste no ataque de alunos ao patrimônio (escolar ou de professores e funcionários). Esses ataques, cuja presença se observa em ações como destruição de carteiras, pichações, depredação de telefones públicos, etc., são habitualmente reduzido à noção jurídica de vandalismo.

Santos (2001), Abramovay e Rua (2002), Barrilari (2007) são autores que explicam que a ação intencional de alunos contra o patrimônio da escola ou de quem a representa tem relação com a violência institucional. E que esta pode se anunciar não apenas em rispidez, humilhações e discursos muitas vezes permeados por preconceitos, mas também, de forma mais sutil, nos critérios empregados para a composição das turmas, no sistema de atribuições de notas, no tratamento reservado a questões sociais consideradas periféricas, no espaço dado (ou negado) a manifestações identitárias contra-hegemônicas.

Atos de violência na escola são normalmente identificados, por professores, políticos ou pelos meios de comunicação, como atos de criminalidade ou de "vandalismo". Parece-nos que as explicações precisam ser um pouco mais complexas, pois se alguns atos delituosos certamente existem e podem visar os bens das escolas e das pessoas, há outros cuja significação pode ser diversa. Conseguimos identificar atos de depredação, muito frequentes, sem furto de bens, mas tão-somente sua dilapidação, no próprio espaço escolar, como atos de violência enquanto reação social contra a escola (SANTOS, 2001, p. 113).

Silva e Nogueira (2008) discutem a urgência de se fazer uma clara distinção conceitual entre a tão discutida violência escolar, muito divulgada a partir de autores como Charlot (2002), e outros fenômenos disruptivos previsivelmente ocorridos na escola, tais como as incivildades e a indisciplina. Para os pesquisadores brasileiros, um cuidado que se deve ter com os estudos sobre a violência escolar é relacionado às flutuações conceituais e ao caráter abrangente do fenômeno, o que acaba relacionado, de certa forma, à mídia. Quando telejornais e imprensa escrita de largo alcance fazem abordagens alarmistas, acabam ajudando a reduzir um problema social complexo a representações de bem e de

mal, associadas a estereótipos de vítimas e de agressores (MÁRQUES e ASSUNÇÃO, 2014).

Segundo Charlot e Èmin (1997), que partem de pesquisas sócio-antropológicas realizadas em escolas francesas, para serem devidamente compreendidas e explicadas, as violências praticadas no universo escolar devem ser organizadas em categorias. Em referida obra os autores separam as formas de violência em: *atos facilmente identificados como violência* (violência sexual, agressões físicas com ferimentos, furtos, roubos, etc.); *atos violentos geralmente vistos como incivilidades* (humilhações, xingamentos, grosserias, falta de respeito); e *violência institucional* (que é a violência nas relações de poder).

Sposito (1998) está entre os autores que consideram essa classificação oportuna, uma vez que ajuda a vislumbrar a questão das manifestações de violência escolar de uma maneira mais ampla e diversificada. A autora considera importante ressaltar que para além daquilo que é tangível, outras situações também são da ordem das violências, como as intimidações, as injúrias, o assédio moral. Situações que, não raro, são alimentadas ou reproduzidas pela forma como se organiza a instituição escolar.

Assim, dentro desse amplo espectro chamado genericamente de *violência escolar*, a violência *da* escola ficou, por muito tempo, invisível. No Brasil, explica Márques (2014, 2015), ela pode ser mais questionada ou tornar-se objeto de reflexão acadêmica com o término da ditadura civil-militar, ou seja, em quase meados dos anos 80. Desde então, as relações de poder que se dão no âmbito escolar passaram a resultar em pesquisas e reflexões de várias ordens.

2 Metodologia

A investigação foi realizada em abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica, que teve início com uma relação de leituras orientadas, que faziam parte do projeto guarda-chuva⁵. Estas leituras constituíram as bases do referencial teórico, que tem como principais autores Michel Foucault, por sua inestimável contribuição para a análise das questões disciplinares na sociedade contemporânea, e Bernard Charlot, Miriam Abramoway, Marília Pontes Sposito, José Vicente Tavares dos Santos, Maria Alice Nogueira, entre outros renomados estudiosos das relações escolares.

⁵ Trata-se do projeto “Produção social da diferença e negação da alteridade: um estudo da violência simbólica nas relações escolares”, coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Telles Márques e desenvolvido entre 2012 e 2016 com fomento dos programas OBEDUC/CAPES e PAPE/UNIUBE.
Cadernos da Fucamp, v.16, n.25, p.71-84/2017

A etapa seguinte foi o mapeamento do estado do conhecimento produzido recentemente acerca iniciativas para o combate e a redução de danos causados pela violência escolar. Optamos pelas bases de dados SciELO – Brasil e Portal de Periódicos da CAPES, sendo que os descritores utilizados foram: "violência escolar" e "*bullying*", colocados em cruzamento com os termos "estratégias", "ações educativas/educacionais", "redução de danos", "enfrentamento", "combate". Como filtros, estabelecemos produções em língua portuguesa, publicadas entre janeiro de 2010 e dezembro de 2015 (cinco anos).

Os dados encontrados foram organizados em tabelas, nas quais a primeira coluna corresponde aos números encontrados para o descritor isolado, antes de qualquer cruzamento. Em seguida, foram lidos os resumos e as introduções de todas as produções situadas no cruzamento de descritores, para a triagem daqueles considerados mais pertinentes aos objetivos da proposta. Estes últimos foram lidos e analisados em sua íntegra.

3 Resultados e Discussão

O levantamento de fontes realizado na base SciELO – Brasil indica que nos cinco anos em questão o termo *bullying* esteve presente no resumo de um número bastante significativo de artigos científicos (109) publicados no Brasil, mas nem todos voltados à sua manifestação no ambiente escolar. Parte desta produção refere-se ao *bullying* enquanto manifestação de assédio moral nas relações de trabalho.

Em contrapartida, a expressão "violência escolar", aparece nos resumos de 23 produções que atendem ao filtro adotado. Estas, estão assim distribuídas no período: seis em 2011, seis em 2012, duas em 2013, sete em 2014 e duas em 2015.

Tabela 1: SciELO (2011-2015)

Descritores (no resumo)		Redução de danos	Enfrentamento	Combate
Violência escolar	23	-	7	-
<i>Bullying</i>	109	-	7	-

Fonte: elaborado pelos autores

Como se pode observar na tabela 1, depois de colocados em cruzamento com os descritores secundários, o número de produções caiu drasticamente - tanto para o descritor

bullying quanto para “violência escolar”. Ao final, não restou um único artigo envolvendo “redução de danos” e “combate” (os poucos que utilizavam os descritores eram de períodos anteriores ao que foi estabelecido no filtro). Em contrapartida, foram localizados 14 artigos utilizando, no resumo, o termo “enfrentamento”.

O procedimento seguinte foi a leitura dos resumos e das introduções dos 14 artigos que atenderam aos critérios do cruzamento de descritores.

Constatamos, assim, que entre as formas de violência mencionadas como as que mais se manifestam no âmbito das relações escolares, destaca-se, no período, o *bullying*. É a essa forma de violência que se volta o maior número de produções, várias delas ressaltando sua manifestação nas redes sociais, em forma de *cyberbullying*. Em seguida, vimos que foram relativamente citados os danos causados contra o patrimônio (público ou privado), na maioria das vezes referidos, também na produção em estudo, como “vandalismo” ou “depredação”. Pouca atenção foi dada à violência institucional (da escola), sendo que a noção de assédio moral apareceu em várias pesquisas sobre *bullying*, mas que não tratavam do ambiente escolar, e sim de relações corporativas no âmbito profissional.

Pequena parte destes eventos abordados nos trabalhos sobre educação escolar envolvia a manifestação de violência física. A leitura dos artigos na íntegra permitiu compreender que alguns destes textos tratavam de um emaranhado de processos nos quais misturavam-se situações chamadas de “incivilidade”, com violência simbólica e/ou violência psicológica, contudo, vistas quase sempre de forma estanque, não processual. Em contrapartida, permitiu constatar, também, que outros trabalhos demonstravam especial zelo no sentido de contextualizar aquilo que estava sendo chamado de *bullying*.

Um trabalho que chama a atenção recorre à Psicologia histórico-cultural para analisar as percepções que seis estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental de duas escolas públicas de uma cidade do interior de São Paulo. Nele, o enfrentamento é abordado a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa, ou seja, o que os alunos opinaram que deveria ser feito, na escola, em relação a essa questão. As respostas dadas pelos participantes levaram os autores à conclusão de que o reducionismo das estratégias sugeridas para o enfrentamento do problema é um indicativo do quanto a escola está deixando a desejar ao não conseguir reconhecer – e ajudar os alunos a reconhecerem – os determinantes socioculturais do *bullying* (FRANCISCO e COIMBRA, 2015).

Na sociedade da informação, não temos dúvidas de que muitos alunos estão informados sobre o *bullying*. Muitas campanhas são feitas pelas redes sociais, por emissoras de televisão, por revistas para público infanto-juvenil. Fala-se muito a respeito, contudo, a distância entre informação e conhecimento continua existente e sendo pouco explorada. Saber que *bullying* existe e que se trata de algo que causa sofrimento, não é o mesmo que desenvolver a compreensão da gravidade de sua ocorrência nas vidas das pessoas e grupos sociais a que esta prática se volta. A profundidade do hiato existente entre o sujeito que foi informado e aquele que tem compreensão, faz ponderar que o enfrentamento passa, antes, pela superação das práticas de caráter meramente informativo e por sua substituição por ações colaborativas, nas quais o aluno seja envolvido diretamente e não fique em posição de espectador.

Também significativo é um artigo relacionado às buscas com o descritor “violência escolar” em associação a “enfrentamento”. Tendo como objetivo “descrever e analisar como ocorre o processo de enfrentamento da violência escolar na perspectiva dos diferentes atores que compõem o cotidiano de uma comunidade escolar” (KAPPEL et. al. 2014, p.223), o trabalho em questão, que foi realizado em uma comunidade escolar do Triângulo Mineiro, apresenta as percepções de alunos, professores, gestores, auxiliares de serviços gerais e pais, a partir das quais conclui que:

Os sujeitos apresentaram suas concepções a partir do papel que ocupam no cenário escolar, sendo observadas, em muitos momentos, limitadas percepções na compreensão do fenômeno em estudo como um todo. Este aspecto implica a necessidade de ações que busquem a construção e compartilhamento de procedimentos, responsabilização e estratégias de enfrentamento que envolvam todos os atores. Esse compartilhamento, que deve ser construído a partir da potencialização da participação e do diálogo no cenário escolar, é vital para o estabelecimento de medidas efetivas de enfrentamento à violência (KAPPEL et. al., 2014, p.733).

Um aspecto em comum nas produções analisadas é que a questão do enfrentamento parece obstacularizada pela limitada compreensão, dos sujeitos da escola, acerca da violência escolar. E este limite, de cuja responsabilidade tanto a própria escola quanto as mídias hegemônicas não podem ser isentas, favorece a proliferação de leituras contraproducentes: por um lado, a leitura fatalista dos que naturalizam o problema como algo que “é parte” da escola; por outro, a perspectiva alarmista que leva a enxergar violência em toda e qualquer situação conflitiva que se dê nas relações escolares (MÁRQUES, 2015).

Reproduzimos os procedimentos no Portal de Periódicos da CAPES, em que obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 2: Portal de Periódicos CAPES (2011-2015)

Descritores (no assunto)		Redução de danos	Enfrentamento	Combate
Violência escolar	12	-	2	1
Bullying	82	-	2	9

Fonte: elaborado pelos autores

Assim como nas buscas realizadas pelo SciELO, os dados encontrados sugerem em um primeiro momento que, no Brasil, o termo *bullying* tem maior adesão do que “violência escolar”. Esta é, entretanto, uma “meia verdade”, se considerado que vários dos artigos sobre *bullying* que foram encontrados, tratam não de sua manifestação escolar, mas das relações de trabalho. Reforçando o entendimento a que chegamos ao fazer o levantamento na base de dados anterior, também no Portal de Periódicos da CAPES ficou claro que, no Brasil, o termo tem sido empregado como substituto de dois conceitos similares, mas não idênticos: assédio moral e *mobbing*⁶.

Analisando o material, verificamos que os dois trabalhos que aparecem na tabela 2 relacionando “violência escolar” e “enfrentamento”, são os mesmos que, na mesma tabela, são apontados por relacionar “*bullying*” e “enfrentamento”, o que nos leva a falar brevemente sobre ambos.

O primeiro deles, propõe um estudo comparativo do *bullying* em estudantes com e sem características de superdotação e talento. Os autores defendem que é preciso (e possível) identificar vulnerabilidades dos alunos do grupo em questão, para propor “iniciativas que possam auxiliá-los na aquisição de estratégias de enfrentamento frente às práticas de *bullying*” (OLIVEIRA e BARBOSA, 2012, p. 753). Apontando, assim, para um tipo de prevenção que não se limita ao mero exercício de “informar sobre”.

⁶ “Caracterizando-se por um comportamento coletivo intrusivo, em que um grupo de alunos ‘marca’ e expõe a situações constrangedoras uma criança ou adolescente da sala, o *mobbing* chama a atenção por envolver tanto a existência de uma vítima visivelmente portadora de atributos físicos, socioculturais ou comportamentais desvalorizados, quanto de lideranças aparentemente bem ajustadas à cultura escolar” (MÁRQUES e ASSUNÇÃO, 2014, p.50)

No outro artigo, que envolve a atuação do educador físico escolar, é destacada a importância desse profissional para o enfrentamento do *bullying*. Concluem os pesquisadores que, “das disciplinas que formam a grade curricular regular das escolas, a educação física, por meio do professor de educação física, parece ser a que melhor reúne meios de implementar estratégias que visem prevenir casos de *bullying* na escola” (COSTA et. al, 2012, p. 38). E complementam, recorrendo a autores que fundamentaram a investigação por eles apresentada:

A educação física tem como objetivo disseminar conteúdos, teóricos e práticos, sistematizando sobre movimento corporal e co-relacionando a cultura e o social. Buscando apresentar e educar para que se possa obter uma boa qualidade de vida com a prática de exercícios e modalidades esportivas (FERRAZ, 2004). Com relação à violência, Botelho e Souza (2007) asseveram que uma vez iniciadas na educação infantil, estratégias de prevenção e de controle ao *bullying* deverão acompanhar o estudante pelas etapas de ensino fundamental e médio, sendo inseridas como conteúdo específico da disciplina de educação física (COSTA et. al, 2012, p. 32).

Uma diferença significativa dos resultados encontrados na base de dados Portal de Periódicos da CAPES em relação à busca anterior, no SciELO, refere-se à associação dos descritores primários com o termo “combate”. Contudo, analisando o material, constatamos que boa parte deles apenas menciona, nas linhas finais do resumo, a importância de se produzir “estratégias para o combate” à violência escolar em geral e ao *bullying* em especial. A maioria não discute se e como este combate estaria sendo feito nas instituições de ensino ou estaria sendo proposto por aqueles que trabalham mais diretamente com a temática.

Dos poucos artigos que de fato se dedicam à temática, a pesquisa realizada por Crochík et al. (2014), com gestores de cinco escolas públicas, merece destaque. Os autores identificaram que, nas escolas em que a determinação social da violência escolar era melhor compreendida pelos gestores, as propostas para o combate de violências como o *bullying* apresentaram-se mais consistentes e melhor estruturadas. Nestas, apareciam como práticas de destaque: formação continuada dos professores; mediação; atividades culturais; ações envolvendo protagonismo infanto-juvenil, entre outras.

Os autores observaram, também, a presença de duas tendências opostas, cada qual com suas fragilidades. Em algumas escolas, quando se fala em “projeto” para abordar *bullying* ou violência escolar, o que se vê é a realização de palestras, diante das quais os

alunos são mantidos como meros expectadores. Neste sentido, caso extremo, mas não de todo incomum, é mencionado no texto de Crochik et. al. (2014), em que o palestrante era um policial militar e sua fala deu ênfase no detalhamento de aspectos punitivos – incluídas descrições de como era a vida dos detentos no complexo do Carandiru.

No outro extremo, o texto conta de uma outra instituição que optou pelo bandeirismo como atividade prática permanente – o que teria sido feito, segundo os gestores da escola, pois, por entenderem que o auxílio mútuo necessário à atividade encorajaria os alunos ao desenvolvimento dos valores necessários à boa convivência.

As fragilidades dessas tendências, podem ser assim compreendidas:

Se o autoritarismo deve ser criticado por ele mesmo gerar a violência, sobretudo, mas não só, a dita civilizada, o estímulo à convivência que não atribui consequências aos atos destrutivos é, em parte, conivente com eles. Se aos alunos não for atribuída alguma responsabilidade por seus atos, nunca chegarão a ser indivíduos e cidadãos: os homens devem ter consciência das consequências de suas ações e se responsabilizarem, na medida do possível, por elas (CROCHÍK et.al., 2014, p. 126).

Ainda em relação à categoria “combate”, os resultados encontrados no Portal de Periódicos da CAPES (1 para violência escolar e 9 para *bullying*) permitem, observar que: o profissional de educação física pode desempenhar importante papel neste processo (3 artigos); espera-se das instituições de ensino que elaborem e executem estratégias para enfrentamento e combate da violência escolar/*bullying* (8 artigos); a rede de proteção da criança e do adolescente é parte do processo (1 artigo); a violência escolar deveria ser abordada por uma perspectiva intersetorial, já que envolve políticas sociais básicas, defesa de direitos e, em muitos casos, responsabilização pela violação de direitos (2 artigos).

Considerações finais

Nas últimas décadas houve um aumento considerável no número de pesquisas abordando a temática da violência nas relações escolares. Isso representa um inegável avanço, tanto em termos de contribuições para a compreensão de suas causas, quanto da necessária delimitação do fenômeno, uma vez que a banalização do termo *bullying* tende a levar ao entendimento equivocado de que qualquer evento disruptivo ocorrido na escola seja indicativo de violência e deva ser assim tratado (SILVA e NOGUEIRA, 2008; MÁRQUES, 2015).

Na presente pesquisa, realizada no âmbito da iniciação científica com o objetivo de identificar e analisar, na produção acadêmica recente, a menção a iniciativas para o combate e a redução de danos causados pela violência escolar, trabalhamos com artigos publicados entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015, localizados a partir das bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES.

Dentre os resultados, identificamos que a noção de “redução de danos”, originária do campo da saúde pública e atualmente muito empregada para descrever políticas e práticas voltadas a usuários de substâncias psicoativas, não foi, no período em questão, associada à violência nas relações escolares. Em contrapartida, ainda que a produção acadêmica tenha apontado para outros caminhos de interpretação, recorrendo a motores de busca como Google ou Yahoo é fácil constatar que, diferente da discussão acadêmica, materiais divulgados para o auxílio em intervenções escolares ainda se utilizam não só deste termo, advindo de políticas de saúde mais avançadas, como também de esquemas interpretativos bastante conservadores, nos quais a questão acaba reduzida a características de agressores e vítimas, sejam elas comportamentais, psicossociais ou até culturais.

Constatamos, também, que saídas mais tradicionais, como a realização de palestras com profissionais, têm sido lentamente substituídas pela recomendação de atividades nas quais os estudantes não fiquem em condição de expectadores, tais como atividades físicas envolvendo cooperação e trabalho em equipe. Cabe frisar, ao final, que estes dois modelos, vistos isoladamente, não nos parecem suficientes para o enfrentamento de uma questão social que exige não apenas esclarecimentos contínuos acerca da responsabilização do autor de violência na escola, mas também um trabalho pedagógico compatível com os valores que sustentam a boa convivência, seja na escola ou fora dela.

Agradecimentos

Agradecimentos ao programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (OBEDUC/Capes), e ao Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade de Uberaba (PIBIC/Uniube).

Referências

ABRAMOVAY, M; RUA, M. G.. **Violência nas Escolas**. Brasília, UNESCO, 2002.

BARRILARI, A. M. M.. **A Violência da Escola: uma produção social legitimada**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, SP, 2007.

CHARLOT, B.. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, 2002. p. 432-442. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 21 de ago. 2016.

CHARLOT, B.; ÈMIN, J.A. (coords.). **Violences à l'école: état des savoirs**. Paris: Mason Armand Colin, 1997.

COSTA, T. P. et al.. A função do educador físico no enfrentamento do fenômeno *bullying* no âmbito escolar. **Perspectivas Online: Biológicas e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 28-40, 2012. Disponível em: http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/biologicas_e_saude/article/view/237/143. Acesso em 12 de fev. 2016.

CROCHÍK, J. L. et. al.. Análise de concepções e propostas de gestores escolares sobre o *bullying*. **Acta Scientiarum**. Education (Online), v. 36, p. 105, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/21940>. Acesso em 20 de nov. 2016.

FOUCAULT, M.. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FRANCISCO, M. V.; COIMBRA, R. M.. Análise do *bullying* escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. **Estudos de Psicologia** (Natal). 2015, vol.20, n.3, p.184-195. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2015000300184&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 30 de jul. 2016.

KAPPEL, V. B. et al.. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 723-735, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000400723&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de jan. 2016.

MÁRQUES, F.T.. A Violência que convém perceber: normalização e produção social da identidade e da diferença na escola. In: CALÇADO, G.; GUTIER, M. S. (Orgs.). **Uma visão transdisciplinar do cotidiano: ciências sociais e direito**. Uberaba, MG: W/s Editora, 2014.

_____. **Violência e normalização na escola: a produção da diferença como condição patológica**. 2015. 165 fls. Relatório (Pós-doutorado) – Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

MÁRQUES, F.T.; ASSUNCAO, F.O.F.. Formas do Indizível: percepções infantis sobre violências no cotidiano escolar. **Cadernos da FUCAMP**, v. 13, p. 45-61, 2014. Disponível em: www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/399/323. Acesso em 10 de jan. 2016.

MÁRQUES, F.T; SOUSA, A. R.. Poder e Violência nas relações escolares: uma abordagem Foucaultiana. **Revista Querubim**, v. 28, p. 116-123, 2016. Disponível em: http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zquerubim_28_v_1.pdf. Acesso em 15 de jun. 2016.

SILVA, L.C.; NOGUEIRA, M. A.. Indisciplina ou violência na escola? Uma distinção necessária. In: GONÇALVES, L. A. O.; TOSTA, S. P. (Orgs.). **A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

OLIVEIRA, J. C.; BARBOSA, A. J. G.. *Bullying* entre estudantes com e sem características de dotação e talento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.25, n. 4, p. 747-755, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000400014&lng=en&nrm=iso . Access em 26 de set. 2016.

SANTOS, J. V. T.. O muro da escola e as práticas de violência. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. (Org.). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 228-234.

SPOSITO, M.P., A Instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, n.104, p. 58, jul. 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/717>. Acesso em 12 de jun. 2013.